



**CONTROLE INTERNO: MÉTODOS UTILIZADOS PARA REDUÇÃO
DE ERROS E FRAUDES NO SETOR FINANCEIRO DE MÉDIAS
EMPRESAS COMERCIAIS**

**INTERNAL CONTROL: METHODS USED FOR ERROR AND
FRAUD REDUCTION IN THE MEDIUM-SIZED BUSINESS FINANCIAL
SECTOR**

Michele Raquel Abrantes Silva¹

Graduanda em Ciências Contábeis pela Unievangélica-GO

Carlos Renato Ferreira²

Especialista em Análise e Auditoria Contábil pela PUC Goiás

¹ Michele Raquel Abrantes Silva- Bacharelando no curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) -Brasil- Email: micheleraquel123@outlook.com

² Carlos Renato Ferreira- Professor do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) -Brasil- Email: crfac3@gmail.com

Resumo :

O presente estudo objetiva apresentar a importância do controle interno no setor financeiro das empresas comerciais de médio porte. Mostrando sua história, conceito, vantagens, e métodos a serem utilizados para seu aperfeiçoamento. Abordará a história da auditoria, interna e externa, trazendo seu desenvolvimento, conceitos, e aplicações no mercado atual. Pois esta está diretamente ligada ao bom funcionamento e aprimoramento do controle interno. Pode-se observar que, com o crescimento contínuo do mercado, houve-se a necessidade de se criar métodos capazes de auxiliarem os administradores nas tarefas diárias de uma organização. De forma que estes conseguissem relatórios com a real situação da empresa. Para que assim pudessem tomar decisões e atrair novos investidores para seu negócio. No decorrer do trabalho, foi apresentada a importância do controle interno, quais métodos devem ser seguidos para que se evite erros e fraudes, alcançando assim o pretendido para eficiência dos processos.

Palavras chave: Controle interno, auditoria interna, auditoria externa.

Abstract:

This study aims to present the importance of internal control in the financial sector of midsize commercial companies. Showing its history, concept, advantages, and methods to be used for its improvement. It will address the history of auditing, internal and external, bringing its development, concepts, and applications in the current market. For it is directly linked to the proper functioning and improvement of internal control. It can be seen that as the market continues to grow, there is a need to devise methods that can assist managers in the day-to-day tasks of an organization. So that they could get reports with the real situation of the company. So that they could make decisions and attract new investors to their business. In the course of the work, the importance of internal control was presented, which methods should be followed to avoid errors and frauds, thus achieving the intended efficiency of the processes.

Keyword: Internal control, internal audit, external audit.

1. INTRODUÇÃO

A implantação de sistemas e controles internos pode auxiliar no andamento e aperfeiçoamento de atividades em uma determinada empresa. E para que isso ocorra é necessário que haja alguém capacitado para desempenhar esse papel.

De acordo com Attie (2011) para que um sistema funcione de forma adequada não é necessário apenas planejamento e eficiência de atividades, também é necessário conhecimento de todo o pessoal envolvido.

As empresas vêm exigindo cada vez mais dos colaboradores, em relação a trabalhos fidedignos que possam ser usados para tomada de decisões. Sendo assim uma equipe comprometida e preparada é necessária para que se alcance o almejado.

Entretanto não são todos os profissionais que pensam no melhor para a empresa, e por esse motivo acabam cometendo ações que são prejudiciais para a organização.

Segundo Crepaldi (2016) O controle interno é um conjunto de ações utilizadas para proteção de ativos e elaboração de dados fidedignos, auxiliando assim na tomada de decisões.

Para que tais atos sejam evitados pode-se usar as ferramentas do controle interno, reduzindo assim erros e fraudes.

O presente artigo pretende apresentar como o controle interno financeiro consegue criar processos, rotinas, e formulários com o propósito de assegurar que as informações fornecidas sejam fidedignas, e que estas possam ser usadas para tomada de decisões.

O seguinte estudo justifica-se pela importância da implantação de um controle interno financeiro, visando auxiliar os administradores na utilização de procedimentos e técnicas que serão realizadas para a organização de atividades, mostrando métodos a serem seguidos como a segregação de funções, limitações de acesso a ativos, entre outros. A implantação correta e utilização contínua ajuda na prevenção e identificação de erros e fraudes que poderiam passar por despercebido. A veracidade dos relatórios emitidos pela administração auxiliara na tomada de decisões, evitando assim opiniões equivocadas.

Neste contexto o trabalho procura responder ao seguinte questionamento: **Quais métodos as empresas comerciais de médio porte devem aderir para alcançar a eficiência no controle interno financeiro?**

O objetivo geral é apresentar os métodos que as empresas devem aderir para alcançar a eficiência no controle interno financeiro.

Os objetivos específicos são identificar a importância do controle interno, definir como os gestores podem diferenciar e prevenir os erros e fraudes, e pesquisar os meios de implantação do controle interno financeiro.

A Metodologia adotada nesse Projeto de Pesquisa foi Qualitativa do tipo Bibliográfica. Será utilizado livros, e artigos científicos. Pretende-se pesquisar a importância da implantação do controle interno e os métodos utilizados para redução de erros e prevenção de fraudes, de forma estes possam auxiliar as empresas comerciais de médio porte. Pretende-se identificar a melhor forma de se utilizar o controle interno nas áreas financeiras, e quais métodos são mais viáveis para que erros e fraudes sejam evitados.

2. METODOLOGIA

Para Azevedo (2009, p.11), diante do significado de metodologia, afirma que “O método científico é um processo rigoroso pelo qual são testadas novas ideias acerca de como a natureza funciona.”

Observa-se que seria uma forma utilizada para aprofundamento da pesquisa, na busca de respostas ou soluções diante de um problema em questão, utilizando fontes seguras para embasar as suas ideias.

Segundo Demo (2010, p.19), em relação a esta definição aborda que a “Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência.”

Pode-se considerar de acordo com o que foi citado acima que a metodologia seria um conjunto de procedimentos utilizados durante a elaboração de um trabalho, com o intuito alcançar o objetivo da pesquisa.

De acordo com Demo (2010, p.23) “Pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície.”

É através da pesquisa que alcançamos os resultados esperados, pois a partir disso pode-se ter uma melhor fundamentação e entendimento do assunto abordado, de forma que este fique compreensível aos olhos de quem lê.

Cervo e Bervian (2002, p.63), diz que “A pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos com o emprego de processos científicos.”

A pesquisa é usada para resolução de dúvidas que surgiram a partir de um determinado problema. Essa resposta é encontrada através de estudos científicos aprofundados, diante do tema em questão.

De acordo com Soares (2003, p.19) “[...] a abordagem qualitativa não emprega procedimentos estatísticos como centro de processo de análise de um problema.”

A pesquisa qualitativa se preocupa com a adoção de outros métodos para sua realização e compreensão, sem ser os matemáticos, para possa chegar na solução de seus questionamentos.

Para Severino (2007, p.119) acerca do significado de pesquisa qualitativa, afirma que diz respeito ao “[...] modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas.”

Fundamentar a ideia através do estudo e análise de dados, utilizando outros métodos além de um conjunto de metodologias propriamente ditas, para que alcance a resposta esperada.

Cervo e Bervian (2002, p.43) diz que “A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos.”

Entende-se como o ato de utilizar livros e artigos, para a elaboração da resposta ou explicação de um tema, de forma que estes sustentem de forma confiável o resultado da sua pesquisa.

Para Marconi e Lakatos (2011, p.43), diante do assunto em questão “[...] é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.”

Usa-se como base de pesquisa, métodos científicos pesquisados e citados por outros autores, de forma que estes fundamentem e auxiliem na elaboração da explicação diante do assunto abordado.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 História de auditoria interna e externa

Segundo Hernandez (2012) os ingleses foram as primeiras pessoas que aderiram a palavra auditoria, para que assim pudessem nomear os trabalhos em contabilidade feitos naquela época. Mas quem realmente praticou os métodos foram os italianos por volta dos séculos XV e XVI, devido ao fato de apresentarem maior número de riquezas.

Observa-se que a necessidade da auditoria surgiu primeiramente por aqueles que possuíam maior números de bens, e sem esses controles os administradores não conseguiam tomar decisões de forma clara para alcançar seus objetivos.

De acordo com Attie (2011, p.7):

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultâneo ao

desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas.

O interesse e preocupação dos empresários em se obter informações fidedignas que pudessem ser usadas para tomada de decisões fez com que se criassem mecanismos capazes de analisar, identificar, e aprimorar seus controles e demonstrações.

Conforme citado por Barreto e Graeff (2014) a auditoria surgiu devido a necessidade das famílias que possuíam negócios naquela época, em apresentar suas demonstrações aos bancos, e outros meios de empréstimos. E para isso a presença de um profissional da área seria a melhor escolha.

Analisa-se que a importância da auditoria não era somente dos proprietários, mas também dos investidores, pois necessitavam de informações reais da situação financeira em que se encontrava a empresa, para que assim pudessem decidir de fato se iriam investir ou não nela.

Para Almeida (2016) as organizações sentiram a falta de um profissional que acompanhasse diariamente os processos administrativos de forma que estes fossem seguidos de forma correta pelos colaboradores, e caberia a auditoria interna o desempenho desse papel.

Os administradores necessitavam de pessoas capazes, e com conhecimentos específicos para que pudessem assegurar o bom desempenho das atividades e também da exatidão das demonstrações.

Attie (2011, p.286) afirma que:

No Brasil, a atividade de auditoria interna ainda não possui uma estrutura bem definida e aceita pelas organizações, exceto aquelas compreendidas como grande instituição, empresas multinacionais e do segmento financeiro. Assim, a própria regulamentação e especificação ficam a mercê daquilo que administração indica que deva ser feito em termos de trabalhos do auditor interno.

As normas da auditoria interna ainda não estão bem claras, de forma a ser seguida de forma padrão, mas as grandes empresas que precisam desses trabalhos acabam criando e seguindo seus próprios métodos.

Para Mattos (2017, p.12):

Em relação à auditoria interna no Brasil, os primeiros registros a respeito da profissão são de 1949, mas a profissão só foi de fato fortalecida a partir da criação do Instituto dos Auditores internos do Brasil, por volta de 1960. A partir desse momento, a profissão foi difundida e desenvolvida no país, pois a criação desse órgão apresentou, de forma clara, os benefícios da profissão – algo que hoje já é compreendido pelas empresas dos mais variados portes e regiões do país.

O uso da auditoria interna nas organizações é de grande importância, pois possuem a tarefa de verificar e fornecer dados de confiança que podem ser utilizados para tomada de decisões e aprimoramento dos controles internos.

Em relação a história da auditoria externa, Lins (2014, p.13), diz que:

[...] começou com a Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo (séculos XVIII e XIX). Nesse período, as empresas tinham oportunidade de ampliar fortemente

sua produção via aquisição de máquinas e, nesse sentido, necessitavam de recursos que iam buscar nos bancos.

As informações financeiras eram necessárias para que os administradores das empresas pudessem atrair investidores e também para realizarem empréstimos, e tais relatórios eram solicitados para que se pudesse analisar a real situação da empresa.

Conforme citado por Mattos (2017, p.12):

O mercado de auditoria independente chegou ao Brasil influenciado pelo mercado financeiro internacional, especialmente depois da criação da Securities and Exchange Commission (SEC), órgão que regula o mercado financeiro americano. Empresas estrangeiras, já auditadas, possuíam subsidiárias no Brasil, que também demandavam avaliação de resultados e demais informações contábeis.

Com a vinda de empresas de outros países para o Brasil, tornou-se necessário a utilização dos mesmos métodos para se chegar as informações necessárias, carecendo assim a utilização da auditoria externa em suas demonstrações.

Para Attie (2011, p.284) “Atualmente, já se encontra bem caracterizada a função de auditoria independente, exercida por contadores independentes ou equivalentes, conforme as particularidades da legislação de cada país.”

A atividade de auditoria externa já possui suas funções e objetivos definidos. É exercida por profissionais qualificados e responsáveis, capazes de garantir a fidedignidade das demonstrações analisadas.

3.2 Conceito de auditoria interna e externa

Segundo Imoniana (2019, p.3):

Define-se auditoria como atividade que se refere à verificação das informações contábeis para certificar a sua precisão e determinar a confiabilidade das informações. Em maior abrangência, define-se auditoria como processo de avaliação sistemática dos registros contábeis e das operações correlatas para determinar a aderência aos princípios contábeis, regras vigentes, políticas empresariais prescritas e às normas emanadas que regulamentam as operações das entidades contábeis.

A auditoria possui a função levantar dados e confrontá-los, de forma que se consiga analisar e comprovar se tais documentos estão de acordo com as normas contábeis.

Para Wakim e Wakim (2012, p.10):

A auditoria contábil possibilita utilizar o procedimento estatístico da amostragem, uma vez que o objetivo da auditoria é informar aos seus usuários se a empresa em questão segue os princípios Fundamentais de Contabilidade e se as Normas Brasileiras de Contabilidade estão sendo atendidas na escrituração dos livros contábeis e na elaboração das demonstrações contábeis.

Pode-se observar que a auditoria constitui um grupo de atividades necessárias para o desenvolvimento, andamento e aperfeiçoamento dos trabalhos elaborados pela administração.

Crepaldi (2016, p.4) define auditoria como “[...] o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.”

Entende-se que a revisão de documentos é algo que deve ser feito de forma minuciosa, e precisa de métodos específicos para realização desses trabalhos, que são desenvolvidos pela auditoria.

Para Almeida (2016) a auditoria interna possui o papel de supervisionar o devido andamento das atividades administrativas, e também na identificação de possíveis mudanças para alcançar a melhoria nos processos.

A responsabilidade da auditoria interna vai além da verificação dos processos pois cabe a ela identificar as falhas e implantar novos métodos a serem seguidos, de forma que aumente a confiança dos dados a serem apresentados.

De acordo com Lins (2014) a auditoria interna é realizada por um integrante da entidade, que por sua vez examinará todos os processos relativos ao pessoal da administração, e seus sistemas.

A auditoria interna coordena todas as tarefas administrativas, incluindo o acompanhamento do desempenho do pessoal, utilização dos processos do controle interno, entre outros.

Segundo Attie (2011) a auditoria interna auxilia a organização no desempenho de funções, elaboração de demonstrações e no seu devido aperfeiçoamento.

A auditoria Interna possui a responsabilidade de verificar as atividades efetuadas pela administração, tal procedimento é exercido por um profissional interno da empresa.

Conforme Almeida (2016) a auditoria externa possui a função de analisar somente as demonstrações contábeis, utilizando menor grau de testes, e assim emitir um parecer de acordo com o que foi encontrado.

A auditoria externa, que por sua vez é feita por um profissional independente da administração, possui a tarefa de analisar documentos, de forma objetiva por meio de amostragens, e logo após apresentar sua opinião.

Lins (2014), acerca da auditoria externa aborda que esta possui a responsabilidade de confirmar a veracidade das informações, e após essa análise emitir um parecer expressando sua opinião.

Percebe-se que a elaboração correta das demonstrações contábeis, são úteis para tomadas de decisões e caso estas estejam omitindo fatos ou elaborando de forma incorreta caberá a auditoria externa dizer qual será a inconformidade encontrada.

Já Attie (2011, p.284) relata que:

A auditoria independente realiza o exame das demonstrações contábeis de uma empresa com o propósito de expressar uma opinião sobre a justeza com que apresentaram a situação financeira e o resultado das operações para o período examinado.

Entende-se que a auditoria externa é responsável por certificar a autenticidade dos documentos apresentados pela administração, indicando assim seus erros ou acertos.

3.3 Histórico Controle Interno

Para Crepaldi (2016) o controle interno teve sua primeira origem em países que possuíam mais riquezas e crescimento, devido ao fato da necessidade dos empresários de controlar seus ativos, e aprimorar o desempenho das atividades.

Empresas que possuíam maior número de bens necessitavam mais de atenção. Onde foi necessário a implantação de sistemas que auxiliassem os administradores na tomada de decisões e acompanhamento de rotinas.

De acordo com o site Jornal Contábil publicado em 2017:

Com o surgimento das primeiras administrações particulares aparecia a necessidade de controle, que não poderia ser feito sem o devido registro, a fim de que se pudesse prestar conta da coisa administrada.

É importante lembrarmos que naquele tempo não havia o crédito, ou seja, as compras, vendas e trocas eram à vista. Posteriormente, empregavam-se ramos de árvore assinalados como prova de dívida ou quitação. O desenvolvimento do papiro (papel) e do cálamo (pena de escrever) no Egito antigo facilitou extraordinariamente o registro de informações sobre negócios.

A medida em que as operações econômicas se tornam complexas, o seu controle se refina. As escritas governamentais da República Romana (200 a.C.) já traziam receitas de caixa classificadas em rendas e lucros, e as despesas compreendidas nos itens salários, perdas e diversões.

Pode-se observar diante da citação acima que as mudanças ocorridas dentro da contabilidade foram de grande importância para os administradores, incluindo a criação de métodos de controle que facilitam ainda mais as tomadas de decisões.

Segundo o artigo de Silva, P. G. K. (2002, p.2) apud FLORENTINO 1988, "A essência da teoria do controle baseia-se na intercalação de um agente corretivo no fluxo do processo de modo a balizar seu comportamento, para que se processe dentro de padrões predeterminados."

Entende-se que o histórico do controle interno não tem bem uma data específica de quando tal método começou a ser implantado, mas pode-se observar que sua implantação e desenvolvimento ao longo do tempo tem sido de grande utilidade nas empresas.

3.4 Conceito Controle Interno

Segundo Nascimento e Reginato (2015, p.164) controles internos podem ser entendidos como:

[...] todo arcabouço de normas de procedimentos existente na empresa, que visam tornar os seus processos administrativos rastreáveis, de forma que as informações necessárias ao bom andamento desse processo sejam fidedignas, proporcionando ao mesmo tempo tomadas de decisões seguras. [...]

Diante disso, pode-se observar que os controles internos são de grande importância para o andamento e crescimento das empresas, visando o correto desempenho de funções e auxiliando de forma clara nas tomadas de decisões.

De acordo com Almeida (2016), os controles internos em uma instituição seria um conjunto de métodos e processos que possuem o objetivo de proteger os bens, e fornecer informações verídicas.

Seguindo os métodos adotados nesse controle os administradores poderão conduzir suas ações de forma clara e segura evitando assim possíveis erros ou fraudes.

Para Crepaldi (2016, p.503):

São todos os instrumentos da organização destinados a vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio.

Observa-se que o controle interno pode ser utilizado para prevenir, detectar, e corrigir, de maneira que auxiliem no desenvolvimento das atividades.

3.5 Conceito de Erros e Fraudes

Segundo Lopes de Sá (2011, p.214) “Fraude é uma ação premeditada para lesar alguém” e “Erro é uma ação involuntária, sem o intuito de causar dano”.

Pode-se observar que a diferença entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não, e geralmente a fraude ocorre por alguém que possui autoridade dentro da empresa.

De acordo com Resolução CFC nº 986/03 (2003, p.3) em relação a NBC TI 01- Da Auditoria Interna, em relação ao conceito de fraude e erro aborda que:

O termo “fraude” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.

O termo “erro” aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.

Dentro de uma organização os administradores devem observar o ato dos funcionários devido a forma em que tal fato ocorreu e qual sua gravidade para a empresa, podendo ser algo sem intenção, ou até mesmo algo planejado que tenha levado a apropriação indébita.

De acordo com o artigo do Carvalho, Dailton R. (2010) definem fraude como: “[...] engano, burla, logro, má-fé; contrabando; adulteração, falsificação.” E definem erro (2001, p. 300) como: “[...] ato ou efeito de errar; juízo faltoso, engano; incorreção; desvio do bom caminho, do caminho reto; falta, culpa; desregramento no proceder”. (apud Kury e Rosa 2001, p. 362)

As definições de erro e fraude são de fácil distinção, deixando as empresas com a missão de manter um bom controle interno, possuindo restrições de acesso aos ativos e senhas de sistema, revisando tarefas, e entre outros métodos.

3.6 Vantagens do Controle Interno na Redução de Erros e Fraudes

De acordo com Oliveira, Hernandez, Silva (2015), os controles internos com seus conjuntos de procedimentos integrados possuem a função de detectar e prevenir possíveis desvios ou erros que possam ocorrer.

O uso e aperfeiçoamento contínuo do controle interno auxilia na administração e organização das tarefas, possibilitando assim a identificação das irregularidades e resolução das mesmas.

Conforme Nascimento e Reginato (2015, p.166)” Adicionalmente, a proteção de ativos contra o seu uso desautorizado por funcionários é outro importante papel desempenhado pelo sistema de controles internos”.

Pode-se observar que além da detecção, identificação de erros e fraudes, também pode-se atribuir a função de proteção de ativos, que visa o acesso restrito aos ativos da empresa.

Como citado por Almeida (2016) um controle interno pode funcionar como um filtro na detecção de irregularidades, auxiliando também o auditor na sua análise.

Conforme necessária a presença de um auditor para identificação e distinção de inconformidades nas demonstrações, uma das suas tarefas dentro de uma organização será a análise do controle interno, e este poderá influenciar na forma em que fará seus testes, quanto mais deficiente o controle interno maior será seu volume de testes.

3.7 Conceito de Média Empresa

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 (2016) que trata da Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, considera-se então como Empresa de médio porte aquelas que não possuem a obrigação de publicar suas contas, somente para usuários externos como proprietários que não estão envolvidos, agências de avaliação de crédito, credores, etc.

As demonstrações serão apresentadas para fins gerenciais, ou para instituições financeiras com o intuito de empréstimos, e necessariamente não consideradas de forma geral como demonstrações contábeis, portanto não podem ser usadas para fins fiscais de cálculo e apuração de impostos.

Para o site SEBRAE (2013) uma Média Empresa é aquela que possui de 50 a 99 funcionários.

Outra importante definição para o termo Media Empresa é em relação ao seu número de funcionários pois tais dados se diferem devido a atividade que a mesma exerce.

Para o BNDS (2019) as Médias Empresas devem obter receita operacional bruta anual maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões.

Cada empresa deve se atentar ao seu faturamento anual para que se classifique o porte da mesma.

3.8 Auditoria nas Médias Empresas

De acordo com Crepaldi (2016, p.13):

A auditoria atualmente é um meio indispensável de confirmação da eficiência dos controles e fator de maior tranquilidade para a administração e de maior garantia para investidores, bem como para o próprio fisco, que tem na auditoria o colaborador eficiente e insuspeito, que contribui indiretamente para melhor aplicação das leis fiscais.

Entende-se com base na citação acima que o uso da auditoria é algo indispensável dentro de uma organização, pois garantem a verdade dos fatos de forma que os empresários podem tomar decisões com base nas informações fornecidas.

Conforme citado pelo artigo de Moreira e Baran (2018, p.8)

A auditoria interna tem a finalidade de desenvolver um plano de ação que ajude a administração a atingir seus objetivos na empresa, o auditor interno deve avaliar os controles contábeis, financeiros e operacional da empresa, avaliar os riscos e atestar se está ocorrendo o cumprimento por parte das áreas as normas e políticas de procedimentos interno, objetivando atestar a integridade e eficácia dos controles.

A auditoria interna possui a responsabilidade de acompanhar os processos realizados pela administração de forma que atendam às necessidades dos empresários, e caso necessário realize modificações.

De acordo com o site VR benefícios (2018) Com o crescimento do mercado torna-se necessário o uso de ferramentas que auxiliem a administração na elaboração de relatórios, e da presença da auditoria, que por sua vez irá acompanhar e certificar se tais documentos estão em conformidade com as normas e eventos ocorridos dentro da empresa, e se necessário modificar processos para atingir o desejado.

Percebe-se que para o bom funcionamento dos controles internos é necessário a existência de um profissional capaz de direcionar o correto desempenho das funções, e também de correções de atividades que possam interferir nos resultados finais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente discussão de resultados objetiva apresentar os métodos que as empresas devem aderir para minimizar erros, prevenir fraudes, e também os benefícios por eles gerados.

Entende -se que a implantação do Controle interno é algo necessário para o devido funcionamento e tomada de decisões em uma empresa. Pois tais rotinas e processos forneceram relatórios com as informações reais da entidade. Attie (2011).

Por outro lado, o controle interno possui alguns fatores que impossibilitam seu real propósito, como por exemplo o valor a ser investido e o retorno que ele proporcionará, uma combinação entre funcionários para apropriação indébita de algum bem da empresa, e por fim fatores externos que possam atingir a organização de alguma forma. Barreto e Graeff (2014).

Em relação a fraudes e erros, pode-se observar que somente o controle interno não conseguiria evitar tais atos com seus métodos, no caso de fraudes, somente reduzir a chance de ocorrerem, pois não seria possível identificar as ações que já haviam sido premeditadas pelos colaboradores, e que a distinção de funções seria o melhor caminho a seguir, pois assim evitaria que pessoas com má intenção tivessem acessos a sistemas que estão ligados uns aos outros. Enquanto aos erros esses sim seriam identificados com maior facilidade. Attie (2011).

Os relatórios apresentados pela administração devem ser elaborados de forma que estes possam ser utilizados como base de informações. E para que não ocorra riscos de fraudes que por sua vez são atos intencionais ou erros que não são intencionais, que acontecem por falta de atenção ou conhecimento, alguns procedimentos devem ser colocados em prática. Lopes de Sá (2011).

A adoção de sistemas que por sua vez sejam capazes de conferir, aprovar e autorizar transações, segregação de funções administrativas, privando acesso a atividades que estejam relacionadas umas com as outras, possuir um controle físico dos ativos da empresa e por último a auditoria interna. Tais métodos poderão auxiliar a entidade na prevenção de erros e fraudes. Almeida (2016).

A segregação de funções consiste em limitar acessos a funções e relatórios que estão de alguma forma ligados uns aos outros, para que assim evite possíveis fraudes. Almeida (2016).

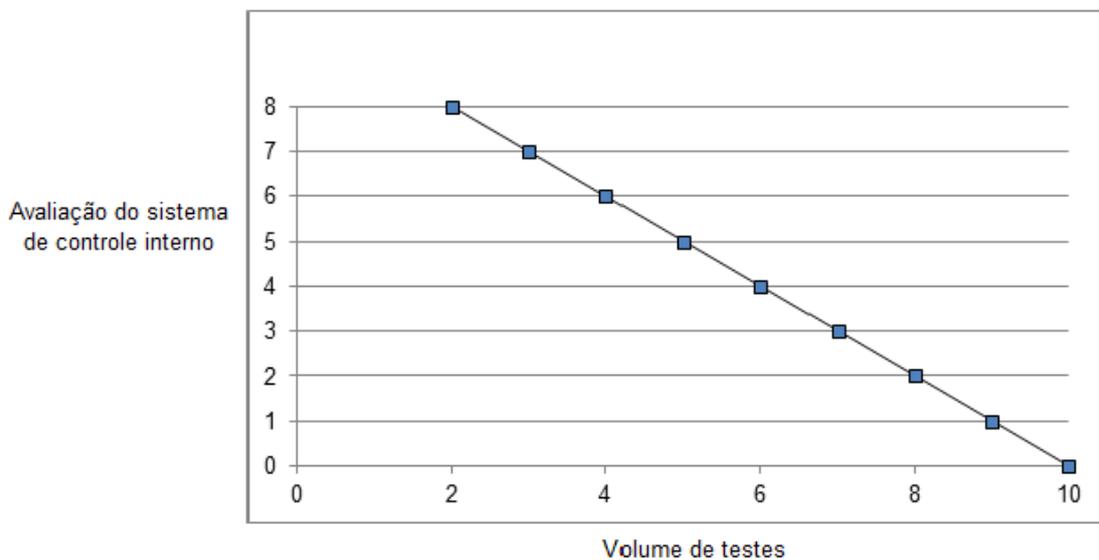
Barreto e Graeff (2014) afirma que a segregação de funções é algo indispensável, pois com esse método consegue-se controlar algumas ações dos colaboradores que poderiam ser prejudiciais para a empresa.

A empresa deve se atentar á conferências de seus ativos e registros contábeis, por meio de inspeção física e documental, em caixas, contas bancárias, estoque e imobilizado. Verificando assim se tais documentos estão em conformidade. Crepaldi (2016).

Barreto e Graeff (2014), em relação a auditoria interna, aborda que de nada adianta um controle interno sem que haja alguém que acompanhe o trabalho da administração, pois este profissional será responsável pela verificação e cumprimento das normas e procedimentos internos, e também por modificações caso seja necessário.

A avaliação do controle interno funcionará da seguinte forma:

Figura 01: Avaliação do Sistema de Controle Interno



Fonte: Almeida (2016, p.56)

Pode-se observar com o gráfico que mesmo se o controle interno receber nota máxima ainda será necessário a utilização de testes. Quanto menor a nota maior o volume de testes. Tal nota é dada ao controle interno da organização, pois uma empresa que o possui com rigorosidade vai passar por menos testes do que aquela que apresenta um ruim. Sendo assim o controle interno é um fator determinante do volume de testes a ser efetuado pelo auditor externo. Almeida (2016).

A implantação do controle interno pode ser feita pela própria empresa, mas deve haver alguém responsável por observar o desempenho das funções e a necessidade de aprimoramento das mesmas, de forma que estas atendam às necessidades da empresa. Papel este que será desempenhado por um auditor interno. Almeida (2016).

5. CONCLUSÃO

Após pesquisas realizadas, pôde-se observar que o controle interno é algo fundamental para o devido funcionamento de uma empresa. Pois auxilia no andamento das atividades da administração, e tomada de decisões. A implantação do controle interno será realizada pelos próprios administradores, pois, estes serão responsáveis por definir alguém competente para coordenar o processo.

Para que se alcance um controle eficiente é necessário a utilização de métodos, que iram auxiliar no desempenho de funções e também na redução de erros e fraudes. Tais como a segregação de funções, limitações de acessos á ativos, auditoria interna e sistemas que monitorem as ações realizadas.

Entretanto os administradores devem se atentar ao fato de possuir um auditor interno na empresa, que irá avaliar se os procedimentos estão sendo desempenhados de forma correta, e evitará possíveis erros nas demonstrações e processos, também acompanhará de perto o desempenho dos colaboradores de forma que estes se sintam observados, e evite ações má intencionadas.

Sendo assim, seguindo estes passos a governança da empresa terá um controle interno capaz de minimizar possíveis erros e fraudes, lembrando que a fraude é algo premeditado, em caso de desconfiança o ideal seria contratar o trabalho de um auditor externo, pois este localizaria o problema com maior facilidade, devido ao volume de teste feito através de um bom controle interno, e pelo fato de não pertencer ao quadro de colaboradores da organização.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria: Um curso moderno e completo**. 8° edição. São Paulo: Atlas, 2012.

ATTIE, Willian. **Auditoria interna**. 2° edição. São Paulo: Atlas, 2011.

ATTIE, Willian. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6° edição. São Paulo: Atlas, 2011.

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 2° edição. Barueri, SP: Manole, 2009.

BARRETO, Davi, GRAEFF, Fernando. **Auditoria: Teoria e exercícios comentados**. 3° edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

BNDS, 2019. **Quem pode ser cliente**. Disponível em:

<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/quem-pode-ser-cliente/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2019.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5º edição. São Paulo: Pearson Prentice, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 10º edição. São Paulo: Atlas, 2016.

DE CARVALHO, Dailton R. 2010. **Fraude ou erro- O conceito**. Disponível em:

<<http://conhabeis.blogspot.com/2010/07/fraude-ou-erro-o-conceito.html>>. Acesso em: 05 de outubro 2019.

DEMO, Pedro. **Introdução a metodologia da ciência**. 2º edição. São Paulo: Atlas, 2010.

HERNANDEZ PEREZ JUNIOR, José. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. 5º edição. São Paulo: Atlas, 2012.

IMONIANA, Joshua Onome. **Auditoria: Planejamento, execução e reporte**. 1º edição. São Paulo: Atlas, 2019.(minha biblioteca).

Jornal contábil 2017. **Conheça a origem e a história da contabilidade**. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/conheca-origem-e-historia-da-contabilidade/>>. Acesso em: 10 de outubro 2019.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7º edição. São Paulo: Atlas, 2011.

LINS, Luiz dos Santos. **Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa**. 3º edição. São Paulo: Atlas, 2014.

LOPES DE SÁ, Antônio. **Perícia contábil**. 10º edição. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTOS, João Guterres de. **Auditoria**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. (minha biblioteca)

MOREIRA, Aleziandra de Lara. BARAN, Kelly Pauline, 2003. **A importância da auditoria interna para as organizações**. revista científica multidisciplinar núcleo do conhecimento. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/auditoria-interna?pdf=13935>>. Acesso em 03 de novembro 2019.

NASCIMENTO, Auster Moreira, REGINATO, Luciane. **Controladoria-instrumento de apoio ao processo decisório**. 2º edição. São Paulo: Atlas, 2015.

Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 (R1) 2016. **Contabilidade para Pequenas e Médias empresas**. Disponível em:

[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf). Acesso em: 14 de novembro de 2019.

OLIVEIRA, Luis Martins de, HERNANDEZ PEREZ JR, José. SILVA ,Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica: textos e casos práticos com solução**. 11ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.

Resolução CFC nº 986/03. **NBC TI 01-Da Auditoria Interna**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_986.doc>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

SEBRAE, 2016. **Pequenos Negócios – Conceito e Principais instituições de Apoio aos Pequenos Negócios**. Disponível em: <<http://ois.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2016/04/Brasil-uv-abril-20162.pdf>>. Acesso em: 06 de outubro 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquin. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, P. G. K. 2002, p. 2. **O papel do controle interno na administração pública**. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/download/11555/6784>>. Acesso em: 20 de outubro 2019.

SOARES, Edvaldo. **Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas**. São Paulo: Atlas, 2003.

VR BENEFÍCIOS, 2018. **Auditoria nas empresas: 5 passos de como realizar agora mesmo**. Disponível em: <<https://blog.vr.com.br/auditoria-nas-empresas/>> . Acesso em: 03 de novembro de 2019.

WAKIN, Vasconcelos Reis. WAKIN, Elizete Aparecida de Magalhães. **Perícia contábil e ambiental: fundamentação e prática**. São Paulo: Atlas, 2012.